

des urbanísticas da cidade. A população se escôa comprimida em avenidas liliputianas. Os bairros se tornaram incomunicáveis. A população orça — segundo se supõe, — por dois milhões de almas...

Todas essas graves circunstâncias, que não poderiam deixar de ser balanceadas, se o problema capital da gare da Estrada de Ferro Central do Brasil tivesse sido julgado, como era de dever, sob o ponto de vista exclusivamente urbanístico, foram de modo sumário afastadas pela diretoria daquela ferrovia nacional. Debalde se insistiu, sobre os inconvenientes múltiplos de tal construção, no local primitivo, contrariando os fundamentos lógicos da experiência urbanística.

À Estrada de Ferro Central não importa saber como as grandes cidades resolveram o problema das estações iniciais das vias férreas. Ela quiz trazer a sua estação ao ponto central da cidade, respeitando um critério histórico que não poderia ser mantido, senão à custa do bem estar da população.

Considerando sob o ponto de vista urbanístico a necessidade urgente de se afastar a estação inicial da Estrada de Ferro Central do centro da cidade (a exemplo do que se fez em Paris, e nas grandes cidades que nos deveriam servir de paradigma) o urbanista Agache previu sabiamente a sua localização na Praça da Bandeira. Localizada naquele ponto, poderia contar a estação com o indispensável espaço livre para o serviço da gare. Certo, uma tal medida teria de ser completada, para efeitos de tráfego, com a abertura de largas vias de acesso aos bairros distantes, já que a Estrada de Ferro Central é a principal alimentadora do elemento humano da cidade. A rua do Matoso poderia ser transformada numa esplêndida avenida, de largura superior à miserável avenida Rio Branco; novas vias de acesso seriam desenvolvidas, no sentido de assegurar com o necessário desafogo o tráfego atual, e futuro, que a gare central forçosamente terá de provocar.

Resolvendo à revelia do critério urbanístico um problema que não é, nem poderia ser jamais de caráter ferroviário, o sr. Mendonça Lima, sem o querer, agravou sobremodo a sua solução definitiva. Dentro de vinte anos, a julgar pela progressão atual do tráfego, as imediações da gare central de nossa principal via férrea estarão em constante plethora. Vamos ter nas suas imediações, à direita, e à esquerda, verdadeiras embolias do tráfego. Neste momento nós que não possuímos a capacidade de situar os nossos problemas urbanísticos no tempo e no espaço, rejubilamos com a nova construção, mais ampla e confortável do que a velha. Que pelo menos uma voz sincera se levante contra a monstruosa construção que se inicia, sob os auspícios da mais formal indiferença pública.

O PROBLEMA ARQUITETÔNICO NACIONAL

Por iniciativa especial de Fernando Azevedo, o plano da construção de edifícios escolares do Distrito Federal foi iniciado, dentro da orientação tradicionalista. Aquele eminente educador paulista, que acabara de realizar o inquerito instituído pelo matutino "O Estado

de São Paulo”, acerca das possibilidades do estilo arquitetônico nacional, chegara conscientemente à conclusão de que ele estava apto, depois de convenientemente reajustado às necessidades atuais, a servir as gerações modernas tão bem, quanto o estilo colonial, servira às gerações passadas.

Não podia, entretanto, escapar à sensibilidade brasileira daquele educador paulista, o aspecto espiritual da questão. Tem o Brasil o direito de possuir uma arquitetura de fundo nacional, condicionada aos fatores geográficos-sociais da nação? Deverá ele, por motivos ou restrições estéticas abdicar desse direito, adotando um outro gênero de arquitetura, mais sedutora, porém, sem correspondência com as necessidades raciais? Chegando, pelo estudo consciente, à conclusão de que o Brasil possui uma arquitetura clássica, adaptável às suas necessidades, não hesitou Fernando Azevedo de retomar o fio do passado, impondo às novas construções o espírito tradicional brasileiro. Entrementes, o II Congresso de Educação, reunido em Belo Horizonte, aprovava, por aclamação, a tese por mim defendida, sob o título “*Da arquitetura, fator de nacionalização*”. Foram relatores do meu trabalho, homens, da cultura de Lucio dos Santos e Vicente Licínio. Dentre as conclusões aprovadas, estava esta: “*que os edifícios públicos, especialmente as escolas, fossem vasados em estilo tradicional do país*”.

Não quero dizer que, adotando o partido tradicional, Fernando Azevedo tivesse desconsiderado o preço de custo das escolas municipais. Mas, é justo reconhecer, que ele não procurou sacrificar as qualidades essenciais do sistema, ou do programa pedagógico, ao preço de custo da construção. O Estado deve fazer o melhor possível, do modo o mais econômico. Essa é que é a verdadeira tese.

O objetivo principal do educador paulista era, entretanto, de ordem cultural. Ele visava familiarizar a população escolar brasileira, com as formas plásticas que nos são tradicionais. Os alunos que formaram sua mentalidade numa escola brasileira, guardarão dela a memória por toda a vida. A expressão arquitetônica se lhes tornaria familiar. Aliás, num inquérito feito por mim, verifiquei que todos os escritores e arquitetos brasileiros, amigos da arquitetura nacional, frequentaram escolas que funcionavam em edifícios vasados naquele estilo.

Essa admirável intensão de patriotismo, de percepção consciente do fenômeno brasileiro, foi de súbito interrompida pela revolução, tendo passado a Escola de Belas Artes a ser o centro propulsor das idéias derrotistas, por iniciativa de um jovem inexperiente e ambicioso, partidário extremado do estilo nacional até a véspera de galgar o ambicionado posto. Surgiu então a propaganda cínica do estilo caixa d'água, cujas falsas virtudes eram insistentemente apregoadas. O Brasil não se podia civilizar — diziam os pândegos — enquanto adotassem um estilo obsoleto. O estilo funcional... E tanto falaram que o próprio governo comprou o peixe podre.

Le Corbusier, que é derrotista universal, por conseguinte, comunista do melhor estofa, realizando o seu plano demolidor, tentou arrazar a tradição secular dos povos. Ideou uma arquitetura aberran-

te de todo e qualquer sentimento de nacionalidade. Derrotou a beleza, rebaixou a dignidade da arquitetura, desmoralizou um nobre e grandioso sistema, que dignificara as mais antigas civilizações humanas.

Assim, surgiu esse estilo — digo mal — essa arquitetura, que nada mais é do que a miséria estilizada.

Não vou ao extremo de negar a veracidade de muitos dos postulados da arquitetura moderna. Mas, os benefícios apregoados poderiam ser obtidos dentro de uma compreensão menos vulgar. Não há arquitetura sem arte, e não póde haver arte, num sistema que tende a estandardização impedindo e amordaçando qualquer idéia creadora.

Mas, não nos percamos no cipoal das cogitações. Póde essa arquitetura moderna ser util ao caso brasileiro? Teríamos nós outros o direito de bani-la do nosso convívio, pelo simples fato, de ser originária de outra terras? Seria simplesmente ridículo condená-la por esses motivos. O que nos cumpre fazer, é aproveitar com inteligência as vantagens do novo sistema, adaptando-as cuidadosamente ao nosso caso particular. O que vale dizer: o contrário do que estamos fazendo. Portanto, as minhas restrições, pelos motivos expostos, se limitam ao nosso modo de proceder, diante do fenômeno arquitetônico.

Mais do que provada está a inadaptabilidade do novo sistema ao nosso caso particular, sem as correções que se fazem necessárias. Ao envez de *adotar*, nós devemos *adaptar*. Os estilos exóticos se devem aclimar ao nosso cenário mesológico, fundamentalmente diverso, do cenário dos países europeus. Mas, os nossos arquitetos, indolentes e comodistas, não se querem aperceber dessas grandes verdades. Tem-lhes sido bem mais facil, decalcar servilmente os projetos russos, e alemães, do que decompô-los e montá-los de novo diante de nossas necessidades especiais. Os inconvenientes de tal conduta põem em cheque as prerrogativas do próprio sistema de que eles se fazer copiadores mecânicos. Assim, aquela condição primeira da arquitetura, que é a comodidade do habitante, é impiedosamente sacrificada pelo detalhe bizarro, ou imprevisto. Perguntai a um fabricante de escolas da Prefeitura, porque ele emprega as cores violentas, e inadequadas ao clima brasileiro, sacrificando a tonalidade branca, lógica, usada por todos os povos dos países de sol. Ele vos responderá, que o projeto que ele declarou menciona essas cores. Perguntai mais ao arquiteto modernista, se ele têm conhecimento da parede isotérmica, precioso meio de defesa contra a ação do sol, mais eficiente do que o velho processo das paredes espessas, usadas pelos reinóis. Ele responderá, que esse processo é caro. Indagai depois, ao arquiteto modernista, se ele comparou o índice de luminosidade ambiente do Brasil, com o dos países sombrios servidos pela arquitetura russa, ou alemã. Ele vos responderá, que os vãos e aberturas estão previstos, para todos os casos. Mistificação, e mentira, do começo ao fim! De que nos serve então essa maravilhosa e decantada técnica moderna, se ela não nos vem em auxilio, se ao contrário, por incapacidade dos profissionais, essa técnica se volta inesperadamente contra nós? Que resta pois dessa aventura perigosa? Resta apenas a

economia, obtida — é bem de ver — à custa do bem estar, do conforto e da comodidade da população.

Essa comédia arquitetônica, vai acabar de um momento para outro. A população se deixou iludir pelo aspecto econômico da questão. Mas, é evidente que os arquitetos, e mestres de obras se esqueceram de dizer aos seus clientes, que essa economia ia ser obtida à custa do conforto que eles aspiravam. Os arquitetos terão, portanto, forçosamente de retomar o assunto, equacionando-o, porém, de modo diferente. Si eu conseguir essa vitória estará vencedor o princípio pelo qual me estou desinteressadamente batendo. Se ponderosas razões, de ordem econômica, excluem o modesto e desataviado estilo nacional, da competição com os outros estilos, que se escolha honestamente, sem o menor *parti-pris*, aquele que oferecer maiores vantagens. Mas, a qualidade de bem servir deve ser atendida em primeiro lugar. Mister se faz, mudar a técnica do problema, apresentá-lo de modo diferente. Examinemos as qualidades essenciais de cada estilo, o seu grau de adaptabilidade ao cenário mesológico nacional; a razão de ser de seus atributos; a lógica de seus detalhes. Depois de atendidas essas formalidades preliminares, apliquemos o critério econômico.

A explicação do fenômeno arquitetônico é na realidade, bem mais complexa do que parece a certos arquitetos broncos, que adotaram açodadamente a arquitetura modernista por incapacidade de fazer melhor. Eles desdenham tudo que desconhecem; negam cinicamente a existência de fatos perceptíveis aos leigos; combatem a verdade com o embuste, a lógica com a mentira, o altruísmo com a avidez voraz. Acima da estupidez humana servindo com desinteresse à causa pública, espero serenamente o julgamento do povo brasileiro. *Il tempo*, — já dizia da Vinci, — *é galantuomo*.

A DESNACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES

*“Les vieilles pierres ont fait place a des pierres
neuves, qui seront vieilles à leur tour.*

ANATOLE FRANCE

Tentando inutilmente fazer espirito em torno de um tristíssimo caso que positivamente o não comporta, o jovem cadete Lucio Costa, violentamente promovido ao posto de general por atos de bravura contra a tradição nacional, tentou palidamente, com evasivas e titubeios, justificar-se da apostasia que acaba de praticar, contra os seus ideais de brasilidade. O manifesto do cadete Lucio Costa deve ter sido redigido para uso de colegiais, de tal modo são infantis e ingênuos os argumentos esfarrapados a que se apegam.

Desde estudante, até ao dia de seu empossamento no cargo de diretor da Escola de Belas Artes, por intervenção de certo grupo de literatos futuristas, o jovem Lucio Costa foi o mais destemido combatente da coluna tradicionalista. Assim, sua reputação profissio-

nal se fez exclusivamente a custa de seus trabalhos, nos quais se evidenciava de maneira iniludível a íntima convicção do artista. Com o meu estilo colorido (que aliás põe água na boca de muitos desenhistas) levei dez anos a elevar pacientemente o jovem Lucio Costa aos cornos da lua. Fui o seu *camelot* gracioso, e não me arrependo de tê-lo feito, máu grado o que está acontecendo. Mas, enquanto o artista, que intimamente já se considerava transviado do caminho tradicional, escondia as unhas, como gato manhoso, nós outros, que não lhe suspeitávamos os ocultos compromissos com os futuristas, ainda acreditávamos, na sua fingida sinceridade. Mentira. O arquiteto Lucio Costa simulava uma coisa, e fazia em surdina, coisa diferente. Poucos meses antes de ser nomeado, ele me convidava especialmente para examinar um projeto de habitação, em estilo hispano-americano, destinado a certo cavalheiro estrangeiro. E eu lhe disse nesse momento:

— Felizmente você não quer saber de caixas d'água. A esse tempo, ele já devia estar matriculado no livro de ouro do maximalismo arquitetônico.

A ordem do dia que o cadete Lucio Costa acaba de publicar, para conquistar os aplausos dos estudantes, está em todo caso atrasada de alguns meses. Porque o que se podia logicamente esperar dele, diante dos formais compromissos com a corrente tradicionalista, é que a sua brusca e inexplicável metamorfose não houvesse sido longo tempo disfarçada, de modo a só se revelar depois da nomeação. Durante dez anos, um homem faz praça de seus ideais religiosos, políticos, ou filosóficos. Sobe no conceito público pela probidade de sua causa. Mas num dado momento, como os adversários acenam com um posto de destaque, ele manda às urtigas as próprias convicções, e se transfere para o campo adverso onde é aclamado chefe.

Não quiz nem quero constranger a consciência de quem quer que seja, mas o ato do arquiteto Lucio Costa não pôde encontrar excusas. Porque — note-se bem — não foi por conta dos ideais que ele fervorosamente abraça hoje, que se lhe abriram entre alviçar as portas do velho instituto de ensino artístico. O jovem chegou às portas da Escola, e bateu palmas, dizendo-se representante da corrente tradicionalista da arte nacional, através da qual ele se tornara conhecido. Mal se sentiu dentro de casa, de acordo com os compromissos secretos selados com os futuristas, reuniu os estudantes, e lhes confessou, sem corar que, de então por diante ia fazer vida nova. Lucio Costa, combatendo dentro da própria Escola de Belas Artes, a corrente artística a que pertencera, é como si o padre Coulet, eleito para uma universidade católica, iniciasse a sua ação, fazendo a apologia do divórcio.

Faltando conscientemente à sua fé; repudiando de ânimo frio e calculado os seus compromissos da véspera; abjurando sem pêjo os seus ideais de arte, não se arreceia o arquiteto Lucio Costa de dizer em público, que há muito se convencera de que estava errado. Porque permaneceu então, silenciosamente no erro, o jovem arquiteto, de quem não se conhece até ao dia em que entrou a dirigir a

Escola, um só ato de caráter anti-nacionalista? E' claro, que o arquiteto não se quiz denunciar, ou comprometer, antes de ser nomeado.

Naturalmente, o jovem arquiteto precisa, para se justificar do inesperado ato de apostasia, agarrar-se como um náufrago desesperado a uma providencial táboa de salvação.

No desespero do naufrágio, ele se agarrou a que lhe estava mais próxima. E saiu-se com a tal história mil vezes dita por centenas de pessoas, que sendo a técnica moderna, diferente da técnica antiga, temos de fazer coisa nova e original, em tudo diferente do que foi feito pelas gerações anteriores.

Não posso crer que Lucio Costa, se dirija a mim, quando reafirmou as tais infantilidades. O modesto sociólogo, que se deu ao trabalho de aprender muita coisa, que os arquitetos deveriam saber, nunca negou as possibilidades arquitetônicas resultantes da técnica moderna. O que o sociólogo afirma, com argumentos mais altos e ponderosos, é simplesmente, que as condições mesológico-sociais da nacionalidade brasileira, se devem antepôr de modo formal, às explosões insensatas do snobismo artístico.

Os sociólogos não precisam negar a evidência dos fatos; antes se apoiam neles, para desenvolver o seu raciocínio infalível.

Nos meus escritos em estilo colorido — que o jovem arquiteto lia desvanecido e orgulhoso, porque lhe exaltavam o mérito artístico — condenei impiedosamente, desde o início dos concursos para a reconstituição do estilo tradicional, a falsa interpretação que lhe davam os trolhas e os *profiteurs* que andavam a embair o público com interpretações caricatas do chamado "Estilo Colonial."

Desde 1919 me esforço por convencer aos jovens arquitetos, que o estilo nacional deve evoluir de acordo com as solicitações sociais do momento. Ora, eu não compreendo (naturalmente só os arquitetos podem compreender esse surpreendente fenômeno) de que modo o progresso da técnica moderna contra indica o curso normal da evolução do sentimento arquitetônico nacional. As transformações violentas das condições de vida humana (através dos livros franceses); os progressos da higiene, a rapidez das comunicações, o rádio, o cinema, não são de fato, motivos que impeçam a conservação de praxes e preceitos sábios que jamais deveriam ser desprezados, se houvesse realmente uma consciência de nacionalidade brasileira. A tradição de cada povo, é una, específica, e original, porque ela se forma à custa de fatores variáveis em significação e caráter.

Se o cadete Lucio Costa está de acordo em se submeter às exigências mesológicas da nação (já que se absteve das demais de caráter espiritual, tão imperativas quanto aquelas) porque desatende a esses líricos propósitos, fazendo-se paladino de uma arquitetura forçada fora do país, e que nele se procura implantar sem trabalho algum de adaptação?

Repudiando a arquitetura tradicional, unicamente por causa do conflito entre o seu sistema construtivo original, passível de natural evolução, e o progresso da técnica moderna, o arquiteto Lucio Costa se confessa tacitamente incapaz de aceitá-la como ponto de

partida para qualquer processo de adaptação às condições da vida moderna.

A conclusão a que teríamos de chegar diante desse fato, é que, as idéias modernas da arquitetura são capazes de remover de uma cajadada todas as exigências geográficas de caráter local.

Fascinados pelas expressões modernas, os arquitetos se vão esquecendo pouco a pouco de seus deveres para com os povos.

Aliás, o meu desentendimento com o cadete Lucio Costa provem da diferença da cultura que nos formamos, sobre o fenômeno arquitetônico. Lucio Costa possui a cultura defeituosa que se adquire nas academias. Ele é o que se pôde chamar um temperamento plástico, com perigosíssimas tendências decorativas. Para ele, a arquitetura é um tema de arte, como uma paisagem o é para o pintor. Na qualidade de modesto aprendiz de sociologia, continúa a considerar a arquitetura como fator de nacionalização.

Tão certo estou da deficiência de cultura sociológica do arquiteto Lucio Costa, (e dos arquitetos brasileiros, em geral), que sempre considerei indispensável uma cadeira de sociologia na Escola de Belas Artes. Numa das raras vezes em que conversei com o jovem Lucio Costa sobre a reforma da Escola, recorde-me de lhe haver dito que, homens de cultura de Alarico Silveira, poderiam fazer mais pela arquitetura nacional do que os artistas que vivem a fazer ditirambos aos estilos clássicos.

Em todo caso, eu desejo agradecer aos meus amigos literatos terem libertado a coluna tradicionalista de um soldado sem convicção e sem fé, que com o mais frio sentimento de oportunismo esperou atrás do páu o momento de combater os seus companheiros de cruzada. Entretanto, o que me preocupa, nesse momento, é saber até que ponto está porventura envolvida a responsabilidade do ilustre sr. Francisco Campos, na obra impatriótica de desnacionalização do mais alto instituto de ensino artístico da nação. Não creio que o ilustre brasileiro, vítima de um abuso de confiança, possa estar de acôrdo com a orientação personalíssima do arquiteto Lucio Costa.

MULATISMO DERROTISTA

De volta de sua tardia viagem de instrução estética às terras lusitanas, onde, derrubando alfarrábios sebozos, e anotando chalaças, formou de afogadilho a cultura livresca com que espera, no último quartel da vida, a celebridade que lhe falhou nas musas, esvaiu-se o poeta Luiz Edmundo na mais tremenda catilinária de quantas jamais ecoaram no recinto augusto da velha Escola de Belas Artes contra a obra dos grandes mestres mulatos que, se não fizeram conferências pernósticas na sua época, criaram, pelo menos, a arte que ainda é o pesadelo dos palradores incapazes de realizar coisa que se lhe compare. Dizem os jornais solícitos que o orador foi especialmente convidado pelo mestre sala incumbido de organizar o elenco da estação artística, que está desopilando os bofes da estudantada da Escola.

Seria um milagre urbanístico capaz de envergonhar o famoso Ghili-Ghili, que me tirou outro dia um ganso gritador do bolso do meu smoking. Foi por acaso que eu vim a saber que a idéia do Sr. prefeito é retirar o gradil sem preparar o acesso contínuo aos canteiros altos que eles vedam. As entradas do parque continuariam a ser as atuais, naturalmente sem os portões. A idéia seria excelente, se o objetivo fosse obrigar a população pacata a fazer exercícios sobre o murinho existente, mas nem isso ela poderá fazer, pois havendo quatro entradas, o acesso só se dará por meio delas. E quem fizer o contrário, será autuado por infração do regulamento dos jardins.

Eu creio que ninguém tentou explicar ao sr. Henrique Dods-worth que a diferença formal entre um parque fechado e um jardim aberto, é que neste, o acesso se faz de modo contínuo ao do seu contorno, enquanto naquele, o acesso se limita a pontos obrigatórios em concordância com o respetivo traçado. Jardim aberto é o Campo de São Cristovão, o Jardim da Glória, a Praça Saenz Pena, a Praça Marechal Osório, etc. O traçado desses jardins trabalha em função de sua características especiais. Concebido inicialmente por um notável paisagista francês contratado pelo conselheiro João Alfredo para remodelar e decorar os espaços livres da cidade, o parque do Campo de Sant'Ana não poderá ser transformado em jardim aberto, ou praça ajardinada, sem perder as características que lhe são próprias. Sente-se que sr. prefeito está embaraçado, sem saber como descalçar a bota. Se desistir da malfadada idéia, dirão que foi derrotado. Se persistir, desagradará à população. Ele está na situação incomoda daquele bravo Monsieur Seguin disposto a todo transe, a *mener la chèvre, et le chou*.

Tenho para mim, — e não sou suspeito para dizê-lo, — que a melhor cousa que o sr. prefeito podia fazer, nesse caso, era desistir lealmente do propósito de retirar o gradil. Todos nós somos passíveis de errar. Os administradores são mais infelizes, porque erram por conta própria, e erram por conta de terceiros. Nesse mundo a gente precisa acostumar-se a perder com bom humor, *avec le sourire*, como dizem os franceses. Eu, por exemplo, depois que perdi por mau comportamento o emprego que me haviam prometido, não me dei por achado. Até parece que eu não precisava dele para defender com o mesmo ardor de sempre minha desgraçada cidade que jamais me pagará o desinteressado serviço que lhe estou prestando.

Diario de Noticias. Novembro de 1937. Rio de Janeiro.

SNOBISMO ARTÍSTICO

A desculpa esfarrapada a que se apegou, em desespero de causa o jovem Lucio Costa, para se justificar perante o público, que nada sabe de arte, do reboliço que lhe causaram às idéias, as leituras malsãs do futurista Le-Corbusier — e dos seus caricatos imitadores; não terá jamais o mérito de o reconciliar com o bom senso daqueles,

que embora não pertencendo ao quadro profissional, consideram o fenômeno arquitetônico diretamente subordinado às condições geográficas e sociais de cada nação. A preferência inicial do jovem arquiteto pelo estilo tradicional da nação (que teve uma fase colonial, como teria hoje uma fase inspirada naquela), parecia fazer supor, que ele se integrara por convicção, nos fundamentos históricos, através dos quais o velho estilo se impõe indubitavelmente, como o mais apto a atender as exigências mesológicas-sociais da nação brasileira.

A mudança súbita de orientação do jovem artista, e sobretudo, as infantis desculpas a que ele se apegou, para justificar-se do feio ato de apostasia que acabava de praticar, provam exclusivamente, que ao ingressar na corrente tradicional, ele não se integrara no seu programa. O estilo colonial foi para Lucio Costa, o elemento pictórico propício a seus desvaneios decorativos. Esgotada a sua faculdade criadora em torno dos pobres temas coloniais, o decorador passou a explorar as linhas geométricas do cimento armado com a mesma habilidade insincera com que tratara os miseráveis motivos brasileiros de Diamantina.

A versatilidade de Lucio Costa, em nada me interessaria se ele não se prevalecesse da Escola de Belas Artes, onde penetrou em nome de seu passado tradicionalista, para incutir no espírito dos estudantes as idéias estapafúrdias que lhe dominam o cérebro nesse instante. Ao público, seria de todo indiferente (e à própria Escola) que o jovem arquiteto partidário entusiasta do estilo tradicional brasileiro, virasse a casaca em plena rua, passando a fazer reclamo das caixas d'água de cimento, econômicas e à prova de baratas e camondongos. Mas desde que esse arquiteto fala no caráter de diretor do mais alto instituto de ensino artístico da nação, é evidente que a sua opinião adquirindo foros legais, passa a formar doutrina. Couyba, num livro admirável, tratando da responsabilidade do Estado nas questões de Belas Artes, diz com grande acerto que o público, por comodismo, ou falta de cultura, está sempre disposto a aceitar sem discutir a orientação oficial. Se a observação do eminente crítico é procedente para com o público francês, imagine-se o que será para com o público brasileiro absolutamente ignorante em questões de arte em geral!

A repercussão das idéias derrotistas do antigo paladino da coluna tradicionalista, a quem o governo irrefletidamente confiou a orientação da Escola de Belas Artes, se fará sentir imediatamente, não só sobre o espírito da população, ávida de sensações novas, mas sobre a mentalidade dos estudantes do próprio estabelecimento de ensino. Para os alunos da Escola de Belas Artes (cujas obrigações pedagógicas se reduziram em extremo) é o próprio revolucionário pela voz autorizada do sr. Francisco Campos, quem lhes recomenda o desprezo pela arte tradicional da nação. Lucio Costa é, para eles, apenas o mandatário do pensamento oficial, que eles não se permitem jamais discutir. Se o jovem arquiteto, tivesse, ao entrar na Escola, imposto o respeito à arte tradicional da nação, todos os estudantes estariam de acordo com o seu pensamento.

E', portanto, indisfarçável a responsabilidade do ilustre sr. Francisco Campos, quanto à orientação artística que em seu nome

está sendo imposta à Escola de Belas Artes. Se faltar ao arquiteto Lucio Costa a cortina de proteção do poder oficial, atrás da qual se distrai a fazer inofensivas caretas aos seus adversários, ele se esparramará no chão, com toda a sua indigesta cultura futurista.

A TEIMOSIA DO PROFETA

Relendo o artigo em que pela segunda vez me dava ao trabalho de explicar ao profeta descobridor do estilo etrusco brasileiro, aquilo que ele se obstina em não compreender, cheguei à conclusão de que o defunto não vale a cêra da vela. Para que aduzir razões, e arrumar argumentos, se o meu opositor não me responde às perguntas, e se esparrama numa literatura pernóstica e desconexa?

Julguei melhor, para que o público nos possa julgar imparcialmente, transcrever a esmo, sem preocupação de compôr antologia, alguns trechos dos "Dialogos parciais" que o profeta Pedro Corrêa de Araujo, candidato a uma cadeira de professor de pintura na Escola de Belas Artes, costuma publicar no prestigioso matutino "Correio da Manhã", onde também pontifica o mestre de obras Cordeiro de Azeredo, o homem que "nunca viu madeira falquejada no Estilo Normando".

No diálogo tropical, entre o mancebo Fotofil e o seu amiguinho o colegial Anargono, no alto da Bôa Vista, diz este àquele:

— *"Tiro o meu material do mundo moderno: sintonizo a geometria, e a mecânica, em meu violino nervoso. As côres dansam sob o influxo do meu dinamismo extético..."*

Pela diferença do material colhido para o trabalho a que ambos nos entregamos, sente-se perfeitamente a minha grande desvantagem *vis-a-vis* ao meu opositor. Eu uso apenas as velhas armas coloniais: o bom senso, e a lógica. Clamo por um estilo arquitetônico que atenda às nossas necessidades sociais, e que, por isso mesmo, se integre no quadro geográfico nacional. O meu opositor, como aqueles mágicos de sete instrumentos, sintoniza a geometria e a mecânica, no seu violino nervoso...

Agora, vamos ver como se comporta o seu amiguinho, depois dos maviosos acordes tirados do violino estético: Diz o mancebo Theodoro:

— *"Parafuso! Adá! Adá! — disse brincando, Theodoro que entrava... Eis aqui os bons refrescos de nossa terra! Ao Báltico a cerveja, ás ilhas do Mar do Norte o whisky, ao Mediterrâneo o vinho. Prova este côco, Fotofil. Saboreia o verdadeiro tamarindo, ó Anargono! Entra Pedro, que tal a cajuada de cajús pernambucanos?"*

O mancebo Pedro deve ter agradecido com um olhar terno, que a cajuada oferecida, fosse realmente de cajús. E' o que eu suponho, dos continuação a falar aos seus discípulos. O profeta despeja outra batata:

— *"Fundamos tudo sobre lindas bases: fraternidade, respeito privado, desvelo patriótico, geometria. Quantos explicam o volume*

justificaria, se um motivo relevante o exigisse. Seria uma solução de emergência. Entretanto, nenhuma pessoa, já não digo de bom senso, mas de senso comum, daquilo que os ingleses chamam *horse cense*, considerará inadiável a criação de um Jardim Zoológico. Outros problemas vitais de urbanismo, tráfego, inundações, casas proletárias, escolas e hospitais, estão a merecer a atenção dos poderes públicos.

Mas, pondo de lado a questão, de resto, capital, da escolha do local apropriado para a instalação do Jardim Zoológico — a área ocupada pelo Golf-Club por exemplo — as dificuldades para sua instalação no momento atual seriam enormes, a começar pela alimentação dos grandes carnívoros. Se os leões vorazes, os tigres, as panteras e os leopardos, tivessem de buscar o próprio alimento nas florestas, o caso seria bem mais simples. Não é isso o que acontecerá, por certo. Nem sequer os leões e leopardos se arriscarão como nós outros, a fazer fila, para obter algumas gramas de carne crua. Eles esperariam tranquilos e confiantes, que diariamente lhes forneçam o precioso alimento que às vezes falta à própria população da cidade. E depois, teríamos de organizar um Jardim Zoológico exclusivamente com os nossos bichos; tamanduás, sussuaranas, capivaras, cotias, viados e caietús. O Jardim Zoológico brasileiro, seria curioso para os turistas, e desinteressante para nós outros brasileiros.

Conta-se que Luiz Domingues, ao tomar conta do governo do Maranhão, encontrou na capital daquele Estado um jardim zoológico, cuja manutenção exigia consideráveis somas. Luiz Domingues resolveu liquidar de maneira por assim dizer “gastronômica”, o dispendioso Jardim Zoológico do Maranhão. Comeu os macucos, jacús, perdições e inhambús. Depois comeu a caça “grossa”, viados, cotias, pacas, e caietús. Quanto aos animais “incomestíveis” — macacos, cobras e lagartos — mandou sumariamente que os empalhassem. Por minha parte, eu preferia mil vezes vêr empalhados os velhos animais remanescentes do Jardim Zoológico do Barão de Drumond, do que saber que eles iam ser trancafiados em jaulas mal cheirosas, ao longo das aléas do mais belo jardim da cidade. Vamos vêr o que dirá sobre o assunto a misteriosa Sociedade dos Amigos da Cidade. Ela foi fundada justamente para defender os sítios de beleza natural, e as tradições da terra carioca, mas até este momento, não se dignou tomar posição entre os defensores da Cidade, mantendo-se num obstinado mutismo, tão sistemático, quanto incompreensível.

Folha Carioca de 19 de abril de 1944.

O INCRÍVEL EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Definida de modo inesperado a simpatia do Ministro Capanema pela arquitetura “funcional”, por influência de um conhecido grupo de sabidos e poetas mais ou menos futuristas, não foi difícil ao arquiteto Lucio Costa, que acabava de fazer a apostasia da corrente tradicionalista da qual se dizia adépto entusiasta, convencê-lo de que o

prédio do Ministério da Educação deveria expressar-se de acôrdo ás idéias do judeu Le-Corbusier, duas vezes contratado para expôr no Brasil seus conhecidos pontos de vista sôbre os novos rumos da arquitetura universal. A vinda dêsse charlatão, visava apenas a preparação do ambiente prôpicio ás grandes iniciativas oficiais em materia de arquitetura, e sobretudo, desviar a mocidade acadêmica do "sentido" clássico da arquitetura brasileira. As simpatias manifestas do Ministro Capanema, contaminaram o espirito da mocidade acadêmica, e de então por diante, ser "modernista", "funcional", ou "futurista", passou a ser um meio de vida, tão simples e honesto, como o de vendedor de selos do correio. Estava organizada a quadrilha que ia explorar a indústria de edifícios públicos, com a senha fornecida por Le-Corbusier. Se para envenenar o cérebro fulgente do Ministro Capanema, foi necessária uma turma inteira de poetas inimigos do estilo colonial, para dominar o cérebro opaco do prefeito Pedro Ernesto, bastou a presença do comunista Anisio Teixeira. As escolas municipais, que se vinham expressando de acôrdo com o sentimento arquitetônico nacional, passaram a ser compostas no tal estilo "funcional". E o arquiteto Enéas Silva pesteou a cidade com uma série de escolas verdes e encarnadas, recomendáveis por serem de baixo custo, posto que inhabitáveis.

É natural que o povo se deixe influenciar pelas iniciativas oficiais. Nos subúrbios, existem dezenas de *bombonières* residenciais, inspiradas nas escolas inhabitáveis que Anisio Teixeira impôs á cidade. E eu não me admirarei, se algum dia em Campos, ou Miracema, surgir uma miniatura do Ministério da Educação, em estearia de cimento. O projeto do Ministério da Educação, manipulado à capucho entre o escritório de Lucio Costa e o Ministro Capanema, havia de ser diferente de todos os edifícios públicos da nação. Se ele não podia — *helas!* — rivalizar com o colossal ministério da Fazenda, em tamanho, podia entretanto suplantá-lo em originalidade. Arquitetos desconhecidos nos seus países, se incumbiram de proclamar que o edifício do Ministério da Educação do Brasil colocava nosso país na vanguarda de todas as nações sul americanas. Dentro do país, manteve-se ininterrupta a publicidade incumbida de exaltar a originalidade e a beleza do singular edifício, com os depósitos de água á vista, em forma das chaminés do Cap Arcona, pedra polida, e azulejinhos coloniais...

Eu estou certo de que Lucio Costa teve o cuidado de não revelar ao esteta de Pitangui, que o edifício acanalhado do Ministério da Educação é um habilidoso decalque do edifício de apartamentos Bergpolder de Rotterdam (Holanda) de autoria dos arquitetos Brinkman e van der Vlugt, e construído ha dez anos (1934). As colunas do pavimento térreo, as chaminés do Cap Arcona, o *brise soleil*, os azulejos, e o granito polido, não conseguem dissimular o grau de parentesco entre o edificio carioca e o de Roterdam, que lhe serviu de inspiração. Ora, essa segunda edição endomingada dos apartamentos Bergpolder de Rotterdam, nem sequer atende no todo, ou em parte, aos mais elementares preceitos do código de Le-Corbusier. O que o Messias proclama, e os discípulos repetem alvarmente, é que a expressão arquitetônica deve resultar exclusivamente da estrutura nua,

e crúa. Ele condena a procura de efeitos ornamentais, o emprêgo de elementos decorativos; ele é contra tudo aquilo de que os arquitetos lançavam mão para dar às habitações um atrativo de belesa. As próprias colunas, reduzidas ao fuste, se despojaram dos elementos de remate característicos. Emergem do solo como o estipe de uma palmácea, e terminam de encontro a uma lage de cimento armado. Para que as colunas sejam rigorosamente funcionais, e não decorativas, como aquelas que se encostavam outrora aos frontispícios para lhes dar imponência, é necessário apenas que se lhes justifique a função estática. Isso não impede todavia, que apareçam colunas de fuste robustíssimo, para sustentar uma simples placa de cimento de dez centímetros de espessura...

Ora o mesmo raciocínio rigorosamente funcional de Le-Corbusier, me ajudará a demonstrar, que as colunas que sustentam o caixotão retangular onde funciona o Ministério da Educação se deveriam apresentar "em matéria" em carne e osso, se assim me posso exprimir, e não revestidas de reluzentes anéis de pedra polida, anéis que não "funcionam", no sentido arquitetural, e apenas servem para embelezar as colunas, ou lhes esconder os elementos materiais que as compõem. Os anéis de granito polido — espécie de aduelas — que revestem as colunas do edifício do Ministério da Educação, exercem uma função simplesmente decorativa, como os azulejos que emplastram uma das paredes laterais do edifício referido. Como vemos, enquanto os arquitetos invocam os preceitos invioláveis do estilo "funcional", na prática dêle se esquecem, e fazem cinicamente o contrário do que apregoam. Se Le-Corbusier clama incessantemente pelo abandono dos atributos ornamentais e decorativos das composições arquitetônicas, para que a estrutura se imponha na sua rudeza, como se poderão desculpar aqueles que se dizem seus discípulos juramentados? Paredes revestidas de azulejinhos decorados com o nosso cavalo marinho; colunas de cimento armado revestidas de aduelas de granito polido, e outras baboseiras de igual jaez, são simples *chinoiseries*, condenáveis até no feio e forte estilo colonial.

O impostor Le-Corbusier, que imaginou um singular gênero de arquitetura, que tanto poderá servir á Suécia, como ao Senegal, se tivesse uma parcela de força moral junto aos pseudo-discípulos que lhe proporcionaram por duas vezes passagens pagas, hospedagem e dinheiro, para nos repetir o que se pode ler calmamente nos seus livrinhos, seria o primeiro a protestar contra os condenáveis desmandos praticados por sua conta, pelos admiradores fanáticos. Mas, Le-Corbusier como bom judeu que é, *se fiche pas mal* do que nos está acontecendo. Desde que embolsou o dinheiro fornecido pelo Ministro Capanema, ele deu por cumprida sua missão salvadora.

Ora, se o próprio edifício do Ministério da Educação, que deveria ser o aparelho propulsor da cultura nacional, condena ostensivamente a arquitetura clássica, que esperanças poderão restar a nós outros, passadistas, sobre a conduta das gerações vindouras? O México, por influência de José de Vasconcellos, escolheu o estilo tradicional mexicano para todas as escolas do país, e em Portugal, por imposição de Salazar, as escolas primárias e preparatórias, possuem *maquettes* dos mais belos monumentos arquitetônicos do país, para

que as crianças se familiarizem com as expressões artísticas tradicionais da nação. As crianças que cursaram as empadeiras envidraçadas construídas por ordem de Anísio Teixeira, pensarão mais tarde, que a arquitetura da nação é aquela que lhe impuseram desde a infância. O grotesco edifício do Ministério da Educação, obra excelente do Ministro Capanema, espécie de Lourenço de Medicis de Pitanguí, representa o coroamento, o remate final da obra diabólica executada pelos inimigos da tradição brasileira. Essa gente que induziu o Ministro Capanema e encampar as doutrinas anti nacionalistas de Le-Corbusier, é a mesma que impôs á legendária Vila Rica um hotel moderno com balcões de cimento, e cobertura lageada. E não nos esqueçamos de que, com referência a êsse hotelzinho "funcional", o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sr. Rodrigo Mello Franco de Andrade tranquilisou os impertinentes amigos da nobre tradição arquitetônica de Ouro Preto, dizendo-lhes que a suposta construção não passava de uma pilheria. O que não impediu que ela fosse construída sob o patrocínio e responsabilidade daquele Serviço.

(Inedito)

SUGESTÕES PARA A FORMAÇÃO DE UM NOVO BAIRRO RESIDENCIAL

A destruição de inúmeros quarteirões em zonas domiciliares, — medida indispensável á abertura de novos logradouros, — concorreu, sem dúvida, para agravar, de modo inesperado, o problema da habitação no Rio e em São Paulo. A abundância de dinheiro permitiu, em São Paulo, que os habitantes das cidades do interior se trasladassem para a capital do Estado. Assim, a procura de novas habitações coincidiu com a derrubada de inúmeras outras. No Rio, não foram as mesmas razões que concorreram para criar a crise aguda das habitações. Desde que a preferência da população se definiu em favor do bairro atlântico, do Leme ao Leblon, as construções se têm multiplicado de modo surpreendente nessa zona, com prejuízo de outras, que durante longos decênios gozaram da preferência pública. Ora, sendo a arquitetura da zona sul, ou melhor, do bairro atlântico, constituída, nesse momento, quase exclusivamente de arranha-céus, é natural que a densidade demográfica da população seja consideravelmente maior nesse bairro, do que nos demais. Se essa preferência continuar durante os próximos dez anos, uma grande parte da população de outros bairros se encaminhará na direção da zona sul.

O crescimento vertiginoso e desordenado do bairro atlântico criará em próximo futuro serias questões de tráfego, ou melhor dito, complicará ainda mais as precárias condições existentes. Assim, de futuro, a menos que não se venha a construir o ambicionado *subway*, as relações entre a zona atlântica e o centro da cidade se tornarão verdadeiramente angustiosas. Permitir novas incorporações de arranha-céus nesse bairro, é medida pouco recomendável no momen-